

NOVAS PERSPECTIVAS PARA O ENSINO RELIGIOSO. A EDUCAÇÃO PARA A CONVIVÊNCIA E A PAZ

Rodrigo Augusto de Souza¹

Resumo

Este artigo tem por objetivo demonstrar a contribuição que o Ensino Religioso, como disciplina escolar, pode oferecer para a formação de uma cultura de paz. Valendo-se da força ética das religiões, o Ensino Religioso pode promover uma educação baseada na tolerância e na paz como valores fundamentais da convivência humana em sociedade. Foi utilizado o método de revisão de literatura sobre o assunto. O Ensino Religioso, dentro de um perfil pedagógico, preserva a diversidade religiosa e o pluralismo de crenças de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais e a legislação educacional brasileira. Como parte da formação para a cidadania, essa disciplina escolar pode fomentar o respeito entre crentes e não crentes em vista da formação de uma ética mundial. As religiões estão presentes na vida em sociedade, mesmo os não crentes precisam compreender, respeitar e conviver com os crentes. Desse modo, a disciplina de Ensino Religioso pode educar para a tolerância, a convivência pacífica e harmoniosa entre as pessoas de crenças e convicções religiosas diferentes.

Palavras-chave: Ensino Religioso; Educação; Convivência; Paz

1 INTRODUÇÃO

O fenômeno religioso é uma característica marcante da vida em sociedade. Uma vez presente na vida social, ele também atinge o ambiente escolar. Na sala de aula encontramos

¹ Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Paraná, bolsista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (CAPES). Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2005) e graduação em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2001). Endereço: Rua Dr. Zamenhof, 4, Alto da Glória, Curitiba – PR, Brasil. CEP: 80030-320. Fone: (41) 8739-875. E-mail: rodrigoaugustobr@yahoo.com.br

SOUZA, Rodrigo Augusto de.

comportamentos, crenças, ideias e atitudes baseadas em convicções religiosas. A comunidade escolar também reúne crenças diferentes. A formação do cidadão realizada na escola deve favorecer a convivência e a paz entre as pessoas que comungam de crenças religiosas divergentes. A ausência de uma atitude de respeito e tolerância para com a diversidade religiosa presente na escola pode levar à disseminação de preconceitos e discriminações. Considerando que a escola deve promover a formação política e social dos alunos como cidadãos é fundamental que ela desenvolva valores éticos baseados da convivência pacífica entre as pessoas, apesar das diferenças, inclusive de natureza religiosa.

A força ética das religiões pode contribuir para a formação de uma cultura de paz e tolerância entre os seres humanos. O Ensino Religioso, como disciplina escolar, pode promover o respeito entre as pessoas, fomentando a convivência harmoniosa entre pessoas que possuem convicções religiosas diferenciadas. Mesmo aqueles que não são crentes, devem aprender a conviver com aqueles que possuem suas crenças religiosas. Isso pode ajudar a diminuir a intolerância religiosa presente na sociedade.

A concepção de Ensino Religioso presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's (BRASIL, 1998) vislumbra novas perspectivas para a sua prática pedagógica. Podemos considerar inovadores seus pressupostos, que servem de fundamentos à ação docente. Os apontamentos de caráter normativo, presentes nos PCN's, representam uma mudança paradigmática no Ensino Religioso.

Neste cenário de transformação, esta investigação consiste em mostrar o trabalho que os Parâmetros Curriculares Nacionais representam para o avanço da pedagogia do Ensino Religioso. Frente às exigências do atual contexto sociocultural e religioso, é de extrema urgência proporcionar uma aproximação dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Procuramos incluir o Ensino Religioso numa proposta pedagógica que busque uma nova compreensão do mundo, respondendo ao clamor por uma educação religiosa democrática, capaz de contemplar a diversidade das expressões religiosas, bem como a diversidade de credos.

Temos o intuito de prosseguir no processo de caracterização do Ensino Religioso dentro de um perfil pedagógico. Ao longo do presente trabalho procuramos identificar como essa disciplina escolar pode contribuir para a educação em vista da paz e da convivência harmoniosa entre as pessoas com crenças religiosas diferenciadas.

Embora o Ensino Religioso compreenda a limitação do espaço escolar, o reconhece também como um lugar especial para a experiência de fé e opção religiosa, tanto para a

família como para a comunidade. Assim, procura-se de antemão um enquadramento satisfatório e de qualidade para a sociedade, promovendo a reflexão e a informação aos educandos de maneira a interagir de forma positiva uns com os outros no convívio social e escolar.

Dentro da realidade social negada pelas abundantes formas opressivas de vida e de relações sociais injustas, é que surgem as lutas contrárias aos mais variados modelos de dominação, desigualdade, discriminação e exploração de si e do próximo. Despontam também dimensões afirmativas da pluralidade de caminhos para o reconhecimento universal e humano como sua religação fraternal e livre pelos múltiplos caminhos da sua origem.

O conhecimento religioso, enquanto sistematização de uma das dimensões da relação do ser humano é o instrumento que auxilia na superação das contradições de respostas isoladas de cada cultura. Os Parâmetros Curriculares Nacionais visam renovar o Ensino Religioso num contexto de rápidas mudanças que questionam as muitas formas de existir e de agir das comunidades culturais de cada indivíduo.

2 OS MODELOS DE ENSINO RELIGIOSO

Com base na visão histórica, podemos perceber a configuração de três modelos fundamentais do Ensino Religioso no Brasil: **o catequético, o teológico e o das ciências da religião.**² Nos diferentes períodos de nossa história encontramos a predominância de algum deles. Nos dias atuais, diante da complexidade do fenômeno religioso podemos afirmar que ainda os três modelos persistem na prática pedagógica dos professores do Ensino Religioso.

Mesmo diante dos avanços na configuração do estatuto epistemológico da disciplina, e da atual legislação que assume o modelo oferecido pelas ciências da religião, ainda há uma forte presença dos modelos anteriores. Uma pesquisa de campo com professores do Ensino Religioso seria capaz de identificar isso. Acreditamos que a deficiência resida na formação dos professores e na dificuldade da implementação de cursos de licenciatura em Ciências da Religião.

² Nossa reflexão toma como base as ideias defendidas por: PASSOS, João Décio. Ensino Religioso: mediações epistemológicas e finalidades pedagógicas. In: SENA, Luiza (org.). *Ensino Religioso e Formação Docente*. São Paulo: Paulinas, 2006, p.21-45.

SOUZA, Rodrigo Augusto de.

O Ensino Religioso assume feições diferenciadas de acordo com o ambiente escolar. Se a disciplina é oferecida em uma escola pública ela deve se orientar impreterivelmente pela legislação civil, no caso a lei 9.475 de 1997 (BRASIL, 1997). Já no caso das escolas confessionais encontramos outro direcionamento para a disciplina. Não que elas não estejam obrigadas a cumprir a lei, elas devem cumpri-la. No entanto, a confessionalidade da instituição permanece preservada de tal modo que o Ensino Religioso na escola confessional toca na fé religiosa professada pela escola. A legislação garante isso, nos diferentes estados do Brasil.

2.1 O Modelo Catequético

Esse modelo de Ensino Religioso visa à formação de novos fiéis através da difusão de sua doutrina religiosa. O Ensino Religioso começou no Brasil como uma catequese que visava expandir a cristandade portuguesa para as “terras de Santa Cruz”. Seus pressupostos são ontológicos, isto é, essencialistas, não históricos e tão pouco existenciais.

A catequese era levada para dentro das escolas confessionais e públicas, servindo como motivação espiritual, como base teórica e como estratégica para o Ensino Religioso. Num passado não muito remoto, foi a principal base do Ensino Religioso. (...) Essa ligação manteve uma continuidade entre as comunidades religiosas e as escolas e reproduziu no interior destas as catequese das Igrejas que conquistavam espaço. Ainda que estejamos longe de uma legitimação dessa prática, o modelo catequético ainda subsiste em algumas práticas do Ensino Religioso (PASSOS, 2006, p.29).

Na conquista espiritual do Brasil a catequese foi um importante meio de transcender para fora das comunidades religiosas a fim de buscar novos fiéis. Por muitas vezes, em um passado não muito distante, a catequese, que ensinava a religião oficial do Estado, no caso o catolicismo, era oferecida dentro da escola pública. O Ensino Religioso assim se tornava um elemento eclesiástico na escola pública. Utilizamos o esquema oferecido por João Décio Passos (2007, p.59) para apresentar esse modelo:

Cosmovisão	<i>Unirreligiosa</i>
-------------------	-----------------------------

Contexto Político	<i>Aliança Igreja-Estado</i>
Fonte	<i>Conteúdos doutriniais</i>
Método	<i>Doutrinação</i>
Afinidade	<i>Escola tradicional</i>
Objetivo	<i>Expansão das Igrejas</i>
Responsabilidade	<i>Confissões religiosas</i>
Riscos	<i>Proselitismo e intolerância</i>

2.2 O Modelo Teológico

Estamos diante de uma visão “ecumênica” do Ensino Religioso. Há autores, como Sérgio Junqueira (2002) que preferem chamar esse modelo de interconfessional, inter-religioso e inter-relacional. Continuamos utilizando a definição de João Décio Passos, que assim se refere ao modelo teológico.

A teologia não configura, necessariamente, conteúdos confessionais nas programações de Ensino Religioso, mas age, sobretudo como um pressuposto que sustenta a convicção dos agentes e a própria motivação da ação; a missão de educar é afirmada como um valor sustentado por uma visão transcendente do ser humano. A religiosidade é, portanto, uma dimensão humana a ser educada, o princípio ‘fundante’ e o objetivo fundamental do Ensino Religioso escolar (PASSOS, 2006, p. 31).

Essa perspectiva, embora manifeste uma organização democrática da disciplina de Ensino Religioso, ainda parte do dado da fé nas diferentes denominações religiosas. Assume a modernidade, e em certo sentido, busca o diálogo entre as diferentes confissões religiosas e a sociedade. Promove o respeito e o diálogo entre as religiões, buscando a formação integral do ser humano. A disciplina de Ensino Religioso é apresentada sob a ótica interdisciplinar no contexto escolar. Abaixo segue o quadro proposto por João Décio Passos (2007, p.63).

Cosmovisão	<i>Plurirreligiosa</i>
Contexto político	<i>Sociedade secularizada</i>
Fonte	<i>Antropologia, teologia do pluralismo</i>

SOUZA, Rodrigo Augusto de.

Método	<i>Indução</i>
Afinidade	<i>Escola Nova</i>
Objetivo	<i>Formação religiosa dos cidadãos</i>
Responsabilidade	<i>Confissões religiosas</i>
Riscos	<i>Catequese disfarçada</i>

2.3 O Modelo das Ciências da Religião

Na perspectiva do modelo das Ciências da Religião, o Ensino Religioso assume sua autonomia como área do conhecimento e como saber com estatuto epistemológico e pedagógico próprios. É conhecido também como modelo fenomenológico. Esse é o modelo assumido pela legislação brasileira para o Ensino Religioso. De fato, a disciplina de Ensino Religioso na escola pública não deve ser ocupada mais por um teólogo, mas por um cientista da religião, com as devidas habilidades pedagógicas para o exercício da docência. Conforme Passos (2006, p. 32) “As Ciências da Religião podem oferecer a base teórica e metodológica para a abordagem da dimensão religiosa em seus diversos aspectos e manifestações, articulando-a de forma integrada com a discussão sobre a educação”.

Segundo essa proposta para o Ensino Religioso, a religião é uma produção histórica e sociocultural. Não parte da profissão de fé do educando nem do docente. Observa-se a religião como fenômeno humano, contando com o auxílio das diferentes ciências: antropologia, sociologia, psicologia, entre outras. Esse modelo visa à formação para a cidadania do educando. Concebe a religião como algo que permite a compreensão da realidade social e a vivência plena da cidadania. Considera João Décio Passos (2007, p.66):

Cosmovisão	<i>Transreligiosa</i>
Contexto político	<i>Sociedade secularizada</i>
Fonte	<i>As Ciências da Religião</i>
Método	<i>Indução</i>
Afinidade	<i>Epistemologia atual</i>

Objetivo	<i>Educação do cidadão</i>
Responsabilidade	<i>Comunidade científica e do Estado</i>
Riscos	<i>Neutralidade científica</i>

2.4 Um novo conceito de Ensino Religioso

O Ensino Religioso, a partir de suas novas diretrizes legais, segue uma perspectiva que privilegia mais a diversidade e a pluralidade de expressões religiosas. Seguindo esse princípio, o respeito pela liberdade religiosa de cada educando pode ser proporcionado pela escola através de educadores treinados adequadamente, promovendo assim a consolidação para qualquer Governo, baseando-se em seu sistema ou na ideologia que o inspire.

A renovação do conceito de um novo Ensino Religioso, da sua prática pedagógica, da definição de seus conteúdos e metodologia proporciona à escola a fundamentação adequada que qualquer ser humano necessita para construir o seu conhecimento religioso. Seguindo esse pensamento, as metodologias não são critérios para a aprovação ou reprovação, mas fontes para uma análise individual na continuidade do seu processo de aprendizagem.

A escola se tornou a agência redentora para um povo. O Ensino Religioso é considerado transformador da educação (e da sociedade), já que sua finalidade é a formação e as demais disciplinas buscam mais informar. Daí que esse Ensino é eficiente, pois lida com a educação e não apenas com a instrução.

Sobre a afirmação acima, o desafio no processo de ensino-aprendizagem busca envolver-se na capacidade de saber separar o certo do errado. O foco está na busca da qualidade na escolha, sob os critérios das definições das informações, a coerência, na compreensão e levantamento das questões da divergência entre os princípios fundamentais que devem ser constantemente estudados, revisados. Desta maneira é possível colocar em ação a não fragmentação da formação de um profissional, cuja reflexão e ação orientam o seu trabalho.

O Ensino Religioso faz parte da cidadania, o que implica que mesmo diante da negação da religiosidade humana é necessário buscar compreender o outro, estando disponível para preparar o indivíduo para manter a sua religião. A idéia de tolerância, no entanto, necessita ir muito além da expectativa, pois o ser religioso é um dado cultural

SOUZA, Rodrigo Augusto de.

presente em cada cultura e de muita representação em nosso país. Considerar o Ensino Religioso como parte integrante da formação básica do cidadão é um avanço.

Uma das conquistas na contemporaneidade foi o direito da cidadania proposto na carta dos Direitos dos Homens e dos Cidadãos elaborada na Assembléia Nacional Francesa (1789). Posteriormente, esta concepção foi resgatada pelas nações modernas na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), pela qual cada cidadão tem o direito de expressar-se diferentemente, portanto, o pluralismo na sociedade não é um problema, mas um contínuo aprender a viver (JUNQUEIRA, 2002, p. 19).

Desse modo o cidadão tem o direito de praticar livremente sua religião, e além disso, a religiosidade passa a encontrar espaço no ambiente escolar. Com isso, o dispositivo legal pretende salientar a importância do fenômeno religioso para a compreensão da realidade social ao mesmo tempo em que insiste que ao cidadão não pode faltar o conhecimento dos valores religiosos de nossa cultura.

O estudo da religião se torna uma via indispensável na tarefa urgente de educar para a convivência universal, e mais, para a sobrevivência humana e ecológica em tempos de crise planetária. O conhecimento das alteridades religiosas é um objetivo educacional sem o qual não se podem conhecer verdadeiramente as particularidades e a totalidade que compõem nossa vida sempre mais globalizada e, com maior razão, a lógica religiosa inerente a muitos conflitos mundiais em franco curso ou, cnicamente, anunciados por certos blocos de poder (PASSOS, 2007, p. 125).

A concepção de conhecimento costuma estar associada, implícita ou explicitamente, a uma imagem metafórica que, em grande parte, determina o papel das disciplinas. Através desses conhecimentos oportuniza ao educando o saber de si, e durante o seu percurso na caminhada escolar compreenderá com mais clareza a sua busca do Transcendente que contribuirá para a construção de cidadania.

É a reflexão a partir do conhecimento que possibilita uma compreensão do ser humano como finito. É na finitude que se procura fundamentar o fenômeno religioso, que torna o ser humano capaz de construir-se na liberdade. Entende-se também que a Escola é o espaço de construção de conhecimentos e principalmente de socialização de conhecimentos historicamente produzidos e acumulados. O conhecimento religioso deve estar disponível a todos os que a ele queiram ter acesso (FONAPER, 1997, p. 21).

A tradição religiosa de cada educando é o que vai fazer a diferença na ideia de integração entre a formação pessoal e social, entre o desenvolvimento das personalidades individuais e o absoluto exercício da cidadania sem proselitismo de qualquer tradição. Desse

NOVAS PERSPECTIVAS PARA O ENSINO RELIGIOSO: A EDUCAÇÃO PARA A CONVIVÊNCIA E A PAZ

modo o Ensino Religioso articula o dado antropológico, ao conceber o fenômeno religioso a partir da abertura do ser humano para a transcendência, e o elemento sociológico, ao considerar a importância da religião na vida social. Todos esses elementos se encontram conjugados a partir da dimensão pedagógica, uma vez que o objetivo principal do Ensino Religioso é a formação para a cidadania e a convivência universal, descobrindo as diferentes alteridades religiosas.

Um conhecimento político ou religioso pode não interessar a um grupo, mas, uma vez produzido, é patrimônio humano e como tal deve estar disponível. O conhecimento religioso é um conhecimento disponível e, por isso, a Escola não pode recusar-se a socializá-lo. Por questões éticas e religiosas, e pela própria natureza da Escola, não é função dela propor aos educandos a adesão e vivência desses conhecimentos, enquanto princípios de conduta religiosa e confessional, já que esses são sempre propriedade de uma determinada religião (FONAPER, 1997, p.22).

Através dos conteúdos o conhecimento do fenômeno religioso é propiciado, respeitando as características de cada educando dentro da série que se encontra engajado. Deve-se fazer um elo com os eixos organizadores do Ensino Religioso através das culturas e tradições religiosas, teologias, textos sagrados, ritos e *ethos* que apóiam a pluralidade religiosa do Brasil, valorizando a vivência religiosa de cada educando.

Toda a proposta para o trabalho realizado no Ensino Religioso está baseada no respeito à diferença. O outro é sempre o diferente; sua história é diferente. Sua vida e o modo de enxergá-la é diverso. Suas manifestações culturais são diferentes e, sempre, muito bonitas, se pensadas na prerrogativa da diferença cultural. Assim, sua religiosidade se manifesta diferentemente e isto não deveria ser motivo de surpresa. Esta é a razão que justifica um Ensino Religioso que se pauta pela perspectiva da ciência da religião (MENEGETTI, 2002, p.53).

A história e o conhecimento do fenômeno religioso são ao mesmo tempo construídos e revelados. Diante dessa complexidade é necessário que o educador seja proprietário de conhecimento para a sensibilização que o educando precisa para desvendar o mistério do sentido da vida pelo sentido da vida além da morte, tema presente nas Tradições Religiosas.

O homem toma conhecimento do sagrado porque este se manifesta, se mostra como algo absolutamente diferente do profano. [...] Encontramo-nos diante do ato misterioso: a manifestação de algo ‘de ordem diferente’ – de uma realidade que não pertence ao nosso mundo – em objetos que fazem parte integrante do nosso mundo ‘natural’, ‘profano’ (ELIADE, 2001, p. 17).

SOUZA, Rodrigo Augusto de.

Esse pressuposto sugere alguns embates entre os pesquisadores na área de Ensino Religioso. Enquanto uma disciplina escolar, não pode o Ensino Religioso ignorar a dimensão de transcendência do ser humano, ficando reduzido meramente ao dado racional. Há experiências que procuram transformar o Ensino Religioso numa aula de História das Religiões. O caminho não é esse. O objetivo é proporcionar, ainda que no plano da fenomenologia, uma experiência humana significativa que envolva a dimensão do Sagrado presente nas diferentes tradições religiosas. Assim, essa experiência é complexa, holística, pois procura atingir o ser humano como um todo, e não apenas seu aspecto intelectual.

O Ensino Religioso poderá despertar o aluno para os aspectos transcendentais da existência como: a busca do sentido radical da vida, a descoberta de seu compromisso com o social e a conscientização de ser parte de um todo. Esse processo de despertar e descobrir, que é permeado de ações, gestos e palavras, símbolos e valores, que só adquirem significação na vivência, na participação e na partilha (JUNQUEIRA, 2002, p. 91).

É ao longo do percurso do Ensino Fundamental que se constrói a compreensão sobre as reflexões concebidas do fenômeno religioso, nas indagações existenciais: Quem sou? De onde vim? Para onde vou? Associada a este fato, cresce a consciência da necessidade de organizações de conteúdos que contribuirá para situar as atenções sobre a construção dos significados da pluralidade religiosa.

Na compreensão dos diferentes significados dos símbolos religiosos na vida e na convivência, espera-se que o educando chegue ao significado dos símbolos mais importantes de cada tradição religiosa, a partir do seu contexto socio-cultural, e que, na comparação do(s) seu(s) significado(s), desenvolva um entendimento e respeito crescentes na convivência da sala de aula e nos diferentes grupos (FONAPER, 1997, p. 45).

A educação, segundo a concepção de Paulo Freire, busca promover condições para que o ser humano supere as limitações próprias de sua condição de oprimido. O reconhecimento de que o ser humano não está pronto e se sabe assim, faz com que este busque formas para construir sua própria existência. Esta busca, para que seja legítima, deve partir do sujeito em sua própria iniciativa, levando em conta a sua realidade e seu contexto existencial.

O comportamento dos oprimidos é um comportamento prescrito. Faz-se à base de pautas estranhas a eles – as pautas dos opressores. Os oprimidos, que introjetam a ‘sombra’ dos opressores e seguem suas pautas, temem a liberdade, na medida em

NOVAS PERSPECTIVAS PARA O ENSINO RELIGIOSO: A EDUCAÇÃO PARA A CONVIVÊNCIA E A PAZ

que esta, implicando a expulsão desta sombra, exigiria deles que ‘preenchessem’ o ‘vazio’ deixado pela expulsão do outro ‘conteúdo’ – o de sua autonomia (FREIRE, 1988, p.34).

Os pressupostos didáticos do Ensino Religioso, para serem bem desenvolvidos, pedem o bom uso dos meios auxiliares de ensino-aprendizagem. Solicitam também, que os educadores conheçam os fundamentos da sua pedagogia amparados em argumentos que sejam acolhidos de acordo com a necessidade na sintonia escola – vida.

O processo de construção de conhecimento desenvolve-se no convívio humano, na interação entre indivíduo e cultura na qual vive, na qual se forma e para qual se forma. Por isso, fala-se em aquisição de competências, à medida que o indivíduo se apropria de elementos com significação na cultura. Nesse contexto o Ensino Religioso ocupa relevante papel educacional. Portanto, não há real construção de conhecimentos sem que resulte, do mesmo movimento, uma construção de competências (JUNQUEIRA, 2002a, p. 25).

Portanto, é preciso operacionalizar os pressupostos do Ensino Religioso, explicitando a concepção do ser humano, da cultura, da sociedade e da história, na qual o ser humano assume um valor inquestionável da sociedade, da justiça, da solidariedade e da igualdade.

Não é possível fazer uma reflexão sobre o que é educação sem refletir sobre o próprio homem. Por isso, é preciso fazer um estudo filosófico-antropológico. Começemos por pensar sobre nós mesmos e tratemos de encontrar, na natureza do homem, algo que possa constituir o núcleo fundamental onde se sustente o processo de educação... A educação é uma resposta da finitude na infinitude. A educação é possível para o homem, por que este é inacabado e sabe-se inacabado (FREIRE, 2006, p. 27).

Quando falamos de Ensino Religioso, a referência é explícita à opção por uma ética de respeito ao outro, do diálogo, acentuando o caráter comunitário e, portanto, o relacionamento social como fator básico dos pressupostos educacionais. Nesta perspectiva, é fundamental que o Ensino Religioso, desde cedo, ensine os nossos educandos a lidar com clareza com os conflitos religiosos, não os ignorando, nem os radicalizando, mas tentando superá-los dialeticamente com sínteses novas e perspectivas fecundas.

Na seleção dos conteúdos a serem trabalhados em sala de aula no Ensino Religioso é importante que se faça uso das Ciências da Religião. Os Parâmetros Curriculares Nacionais abordam o elemento religioso a partir da sua fenomenologia, isto é, de sua manifestação enquanto cultura produzida pelo ser humano. Nesse sentido a fenomenologia vê a religião como uma produção do *homo religiosus*, do homem que produz religião.

SOUZA, Rodrigo Augusto de.

O uso das ciências vinculadas ao fenômeno religioso compreende basicamente o recurso à *História das Religiões*, à *Sociologia da Religião* e à *Psicologia da Religião*. Na esfera dos saberes encontra-se a *Filosofia da Religião*, a *Teologia*, a *Teologia das Religiões* e a *Fenomenologia da Religião*. A utilização dos pressupostos das diferentes ciências e saberes no campo religioso permitem uma melhor abordagem dos conteúdos no Ensino Religioso. Assim, a seleção dos temas de estudo, mesmo tratando do horizonte religioso, encontra o respaldo de diferentes ciências e conhecimentos sistematizados (CROATTO, 2002, p.17-27).

Os conteúdos fundamentais das diferentes religiões podem ser condensados a partir da seguinte sistematização: *A Experiência Religiosa*; *O Símbolo*; *O Mito*; *O Rito* e *A Doutrina*. Todas as religiões possuem esses elementos como partes indispensáveis de sua organização e constituição. Desse modo, a atuação docente no Ensino Religioso não pode ignorar esses elementos. Antes, deve incorporá-los no desenvolvimento dos temas de estudo em suas atividades didático-pedagógicas.³

3 AS MÚLTIPLAS REPRESENTAÇÕES RELIGIOSAS

Mais do que a convivência pacífica na sociedade, o Ensino Religioso poderia levar seus alunos/as à admiração e ao respeito pelo Sagrado presente nas diferentes religiões. Mesmo diante do antagonismo presente entre as religiões politeístas e monoteístas, o Ensino Religioso pode estimular a descoberta da face de um mesmo Deus presente em todas as religiões.

O politeísmo não representa um estágio inferior da evolução religiosa rumo ao monoteísmo. Bem compreendido, não quer tanto afirmar a multiplicidade de divindades, mas as mil faces da mesma e única Divindade, do único Mistério de comunhão, vinculado à dinâmica aberta do mundo e do espírito. O monoteísmo, por sua vez, caminha 'pari passu' com o surgimento de visões imperiais unitaristas que empobrecem a polivalência do sagrado (BOFF, 2004, p.38).

O Ensino Religioso, uma vez situado no horizonte da teologia do pluralismo religioso, promove o enriquecimento da compreensão da Divindade. Principalmente por valorizar as religiões politeístas. Partindo dessa perspectiva, Deus assume um rosto plural e diverso. Essa contribuição permite uma grande riqueza cultural e teológica para os educandos/as. É preciso

³ Ibidem., p. 11.

que tenhamos um bom entendimento sobre o que seja essa teologia do pluralismo religioso, que serve de fundamento epistemológico para a disciplina escolar de Ensino Religioso.

A teologia do pluralismo religioso é uma resposta oportuna diante de inúmeros conflitos e tensões com motivação religiosa presentes nos dias atuais. Ela mais se aproxima do nosso interesse na construção de uma teologia do Ensino Religioso. Essa teologia emerge a partir do diálogo inter-religioso, próprio das religiões não-cristãs. A afirmação da Divindade, do Sagrado, do nome de Deus, serve de fundamento na busca da união de todas as religiões no serviço da promoção da paz e da justiça no mundo. E, em tempos de crise ecológica e aquecimento global, da preservação da natureza (TEIXEIRA, 1995, p. 59).

Nessa perspectiva teológica o diálogo assume um importante papel. O diálogo é, em primeiro lugar, uma atitude e, posteriormente, um método. Ele permite o reconhecimento da alteridade e da reciprocidade da outra religião. A postura de diálogo parte do pressuposto de que seus agentes estão em um plano de igualdade. Não há privilégios e nem concessões. Todos se reconhecem como filhos/as de um mesmo Deus. Portanto, a teologia do pluralismo religioso pede que se vá além do diálogo a fim de que todas as religiões se empenhem em um efetivo serviço à humanidade. Ela pede um compromisso social para a vida planetária. Resgata a força ética das religiões para a promoção da paz e do bem entre os seres humanos⁴.

Essa visão teológica enfoca as diferentes tradições religiosas em uma perspectiva de unidade e comunhão. Não se trata de uma visão fragmentada das religiões, mas de uma interconexão entre as partes. Uma religião não é compreendida isolada da outra. Essa é a beleza desse novo paradigma teológico. O diálogo é possível, mas mais que isso, a fraternidade, a ética mundial é possível. Assim, no Ensino Religioso, esse ambiente de liberdade se torna imprescindível para o estudo, respeito e apreciação das diferentes religiões no ambiente escolar e também fora dele.

Não obstante suas vantagens, a teologia do pluralismo religioso apresenta uma série de questionamentos às religiões. O primeiro deles se dirige à teologia enquanto tal, isto é, à fé religiosa de uma determinada denominação. O exclusivismo sai de cena para dar lugar a uma postura mais humilde diante das outras religiões. Todas as religiões são iguais, verdadeiras, reveladas e fundadas por um mesmo Deus ou Divindade.⁵ O Ensino Religioso contempla as

⁴ São teólogos do pluralismo religioso: John Hick, Paul Knitter, Raimundo Panikkar e Hans Küng. Para uma visão geral da teologia do pluralismo religioso sugerimos uma investigação sobre a obra: *Teologia das Religiões*, de Faustino Teixeira.

⁵ Ver QUEIRUGA, Andrés Torres. *O Diálogo das Religiões*. São Paulo: Paulus, 1997, p. 59.

SOUZA, Rodrigo Augusto de.

dimensões da pluralidade e diversidade religiosa presentes em nossa sociedade. Cada vez mais a configuração pedagógica do Ensino Religioso se distancia da catequese.

Há grande preocupação em estabelecer a identidade do ensino religioso escolar, distinto da catequese, principalmente nas escolas da rede oficial, frente ao pluralismo de crenças dos alunos/as, das famílias e dos professores/as. Nota-se também uma busca de precisão nos seus objetivos, métodos, conteúdos e linguagem que permitam um referencial básico a fim de que os temas não sejam apresentados de forma vaga, neutra, imprecisa ou confusa, sob pretexto de atender à pluralidade de religiões dos educandos/as (CNBB, 1992, n.º42).

A preocupação com uma teologia que responda à configuração do Ensino Religioso como disciplina escolar na rede pública de ensino emerge do fundamento epistemológico da disciplina. Ainda em nossos dias os estudos e pesquisas sobre a identidade pedagógica do Ensino Religioso prosseguem. O perfil pedagógico parece mais claro. A prática se distancia da catequese. Aliás, realizar catequese na escola pública seria uma transgressão da lei, e, portanto, ocasionaria crime, uma vez que contraria o dispositivo legal que proíbe o proselitismo religioso na escola pública.

Uma teologia do Ensino Religioso, conforme defendemos, se apoia no teocentrismo do pluralismo religioso atual. É preciso afirmar Deus como Pai/Mãe da humanidade e de toda obra da criação. Desse modo, o nome mais utilizado entre as religiões para expressar a reverência à Fonte originária de todo ser, ou seja, Deus, é Senhor. Dizer que Deus é o Senhor, não significa afirmar uma imagem autoritária, patriarcal e machista de Deus. Um dos sinônimos para o termo Senhor, pode ser *Abbá*, expressão utilizada por Jesus para chamar Deus carinhosamente de Pai.

Aplicado a Deus, Senhor quer dizer Criador do Céu e da Terra porque tirou todas as coisas do nada para serem expressões de sua superabundância de vida e de amor. Pelo fato de ser Criador, Deus sempre está presente em cada coisa, em sua raiz mais íntima. Se, por absurdo, suspendesse por um momento sua vontade criadora, todos os seres voltariam ao nada (BOFF, 1999, p, 24).

Na configuração de uma teologia para o Ensino Religioso não há que se insistir em uma imagem já superada de Deus. O Deus “Todo-Poderoso”, da “onipotência arbitrária” é deixado de lado para que o Deus do amor “ágape”, da “compaixão” e da “misericórdia” tome o seu lugar. Deus tem muitos nomes e é celebrado através de vários cultos nas diferentes religiões. Todos os cultos levam a Deus. Na Bíblia, Deus é chamado com o nome hebraico de *Javé*, na versão grega é *Kyrios*, que quer dizer Senhor. Um mesmo Deus, com nomes e

expressões diferentes. No livro sagrado dos cristãos/as, Deus, sobretudo no Antigo Testamento, possui vários nomes: *Javé, Baal, El, El Shadai, Elohim, Asherá, Goel*, entre outros. Isso nos dá margem para defender um politeísmo na própria Bíblia. Deus possui formas e teologias diferenciadas na sagrada escritura.

O nome Senhor impõe respeito. Tem forte sentido político. No Brasil, por muito tempo, vigorou a política dos senhores de engenho e dos coronéis. Eles foram senhores em nossas terras. Deixamos claro que chamar Deus de Senhor não tem mais esse sentido. O problema é re-significar esse conceito. Não desejamos que a relação senhor/escravo, seja transferida para o relacionamento entre Deus e a humanidade. No sentido que defendemos, afirmar o teocentrismo no pluralismo religioso, e particularmente no Brasil, considerando a tradição teológica latino-americana, é defender uma nova ordem política e social em nosso país.

Há uma luta entre os vários senhores no mundo para ver quem é mais senhor. Entretanto, as pessoas religiosas de todos os credos negam o título de “senhor” a esses pretensiosos títeres dos povos. Em nome do verdadeiro Senhor do Céu e da Terra, desmascaram-nos como falsos senhores, porque seu poder se constrói à custa do empobrecimento das grandes maiorias e da pilhagem sistemática dos recursos da Terra. Numa perspectiva global, são mais produtores de morte que de vida (BOFF, 1999, p. 25).

Afirmar o primado de Deus entre as religiões significa promover a reconciliação e a fraternidade entre os seres humanos. Mais ainda, significa rejeitar o projeto dos destruidores da obra da criação, e se empenhar em um projeto de libertação integral do ser humano. Trata-se de uma re-fraternização da humanidade. Isso não significa a eliminação das diferenças, mas a comunhão íntima e o profundo respeito entre as religiões.⁶

Os grandes mestres espirituais como Buda, Moisés, Cristo, Krishna e outros eram tidos como senhores pelos discípulos e pelas multidões. Entretanto, eles se consideravam simples servos de Deus e de toda a criatura humana. Essa atitude de serviço que rompe barreiras e que inclui a todos traz como efeito a paz, a paz verdadeira que todos ansiamos (BOFF, 1999, p. 26).

Uma nova imagem de Deus será construída, considerando a teologia da criação e do pluralismo religioso. Essa imagem de Deus será rica, diversa e promoverá a comunhão entre

⁶ Ver QUADROS, Eduardo Gusmão de. & MIRANDA, Janira Sodré. O Ecumenismo e o Ensino Religioso. In: SILVA (org.), Valmir da. *Ensino Religioso: Educa o Centrada na Vida*. São Paulo: Paulus, 2004, p.73-86.

SOUZA, Rodrigo Augusto de.

as diferentes religiões. No âmbito da teologia ocupa grande espaço a aplicação da abordagem hermenêutica na (re)leitura ou (re)interpretação dos textos sagrados, em especial da Bíblia. Essa contribuição vem ajudar no desenvolvimento dos temas relativos aos textos sagrados das diferentes religiões nas atividades didático-pedagógicas de Ensino Religioso. Um texto sagrado pode desencadear e diversificar uma pluralidade de leituras. A condição linguística do texto viabiliza variadas formas de leitura, uma vez que ele está relacionado com algum acontecimento fundante presente na história e descrito pelo texto sagrado (CROATTO, 1984).

O ponto de partida do texto é alguma forma de experiência, isto é, uma prática, uma cosmovisão, um fato significativo, em todas as religiões. Essa forma de experiência se apresenta como um acontecimento, que por sua vez se constitui numa ação humana (individual, comunitária ou nacional), ou também pode ser natural, contemplando o fenômeno natural como um fato que invade a vida humana. A palavra procede de uma infinita rede de práticas humanas significativas, quer dizer, na constituição de um texto está presente a codificação cultural, significativa de um determinado grupo humano, o que pode ser aplicado ao uso da palavra como símbolo linguístico de representação cultural.

Ao analisarmos essas ideias notamos que é importante diferenciar os conceitos de causalidade e de sentido. Um acontecimento pode produzir sentido em outro fato que não aquele descrito no texto. O acontecimento é fundante quando se projeta para novos acontecimentos, para uma nova práxis. O fato significativo manifesta um “mais-de-sentido”. A leitura “historicista” dos textos sagrados é empobrecedora, uma vez que reduz o tratamento do texto a uma perspectiva hagiográfica. Essa é uma tendência entre alguns professores/as do Ensino Religioso. Tal postura não é a mais adequada na abordagem do texto sagrado. A interpretação atual é mais rica por estar distante do contexto histórico e literário dos textos sagrados, por haver uma distanciação, além de poder contar com outros conhecimentos como chaves interpretativas das narrativas. O fato original amplia sua significação e incorpora novos fatos, além de carregar os fatos fundantes de novo sentido.

Sacralizam-se, com freqüência, textos sagrados, reproduzidos oralmente ou transcritos em forma de livro. A Escritura sagrada passa a adquirir um sentido especial, normativo para a vida de um grupo de pessoas. Nem sempre a literatura sagrada é literatura religiosa, pois há uma vasta literatura religiosa não reconhecida como sagrada (CROATTO, 1984, p.92-3).

Isso manifesta o círculo hermenêutico: uma palavra diz o acontecimento e também faz a leitura desse mesmo acontecimento. Os acontecimentos não se esgotam na primeira

narração, mas “crescem” em sentido e projeções. Os fatos descritos nos Livros Sagrados não são filmagens, mas significações teológicas, daí o cuidado ao buscarmos interpretá-los no Ensino Religioso.

As múltiplas leituras podem levar a um conflito de interpretações dos textos sagrados. Esse conflito de interpretações se apoia nas práticas que inspiram o ato interpretativo. Cada interpretação envolve obrigatoriamente uma práxis, uma prática social e política. O fenômeno hermenêutico prevê uma alternância da polissemia/monossemia e da reserva de sentido/clausura de sentido. Esse caminho a percorrer é o caminho da semiótica até a hermenêutica, do significado até a interpretação.

O livro sagrado testemunha a experiência de uma pessoa ou de um povo com o transcendente. Passa a ser a tradição e memória dessa experiência que dá identidade ao grupo e explica aspectos inexplicáveis de sua história. O livro sagrado, no caso, passa a ser ‘sacramento’, sinal dessa experiência religiosa dessas pessoas. Os textos sagrados não são todos, necessariamente, colocados por escrito, em forma de livro. Muitos são conservados e transmitidos oralmente, garantidos pela memória das pessoas. Os próprios livros sagrados, geralmente, possuem uma tradição oral que precede a escrita (CROATTO, 1984, p.94).

No desenvolvimento do Ensino Religioso como disciplina escolar devemos evitar todo tipo de leitura fundamentalista do texto sagrado. Ao mesmo tempo, que se faz necessário rejeitar todo tipo de leitura depreciativa, desrespeitosa dos textos sagrados nas diferentes religiões. Isso não significa que não podemos criticar os textos sagrados. Contudo, a ética profissional do professor/a do Ensino Religioso entra aqui para não alimentar e muito menos incentivar a violência e a intolerância religiosa.

4 ENSINO RELIGIOSO E ÉTICA MUNDIAL: A FORMAÇÃO PARA A PAZ

No contexto das teologias contemporâneas, a imagem masculina de Deus tem sido fortemente questionada. Historicamente as religiões, com poucas exceções, ganharam feições de sistemas patriarcais. Muitas delas se organizaram como verdadeiros patriarcados, promovendo a exclusão da mulher.⁷

⁷ Ver REIMER, Ivoni Richter. Mudança de Paradigmas e Gênero: Busca de Construção de Relações mais Justas e mais Gostosas. In: SILVA (org.), Valmir da. *Ensino Religioso: Educação Centrada na Vida*. São Paulo: Paulus, 2004, p. 35-48.

SOUZA, Rodrigo Augusto de.

Se admitirmos que o ser humano enquanto masculino e feminino é verdadeiramente semelhante a Deus, então somos induzidos, pela lógica da própria afirmação, a admitir que Deus mesmo é prototipicamente masculino e feminino. Na ocorrência que nos interessa, o feminino do ser humano constituiria um registro revelador do Feminino de Deus. Podemos falar de um Feminino em Deus? É-nos lícito invocar a Deus como minha Mãe, assim como aprendemos do Senhor a invocá-lo como nosso Pai? (BOFF, 1983, p.94).

A tradição teológica nos afirma que Deus está livre de qualquer determinação sexual e genital. Deus não tem sexo, não é homem e nem mulher. Nessa racionalidade Deus é puro Espírito. Mas, não poderíamos nos perguntar sobre um Deus sexuado? E onde ficaria o feminino de Deus? Em algumas religiões africanas e ameríndias Deus tem representação feminina, e não masculina. E, suas comunidades, se organizam como matriarcados.

As religiões patriarcais têm uma expressão privilegiadamente masculina na sua organização, na sua política, nos seus conteúdos e no exercício do poder religioso. Mas, para além disso, elas contêm algo profundamente feminino, quase matricêntrico que é a preocupação com o bem-estar das pessoas, com a superação do sofrimento, com o consolo nas aflições, com a ajuda nas diferentes necessidades do dia-a-dia. A religião na sua base originária é materna, é protetora e aconchegante. É claro que estas características não significam a exclusão dos homens, mas significam algo importante nas origens do sentimento religioso. As mais antigas representações religiosas da humanidade são femininas ou mais precisamente são projeções das experiências femininas de maternidade e fertilidade. As representações masculinas de Deus como Espírito além da terra, como distinto e separado, são bem mais recentes e de certa forma apropriaram-se das experiências femininas fundadoras (GEBARA, 2000, p.101).

Recuperar a dimensão feminina de Deus é levar em conta a reivindicação do movimento feminista no campo da teologia, e mais ainda, realizar justiça para com as mulheres de hoje. Mesmo diante das religiões patriarcais, podemos redescobrir e re-significar o lugar da mulher, tanto nas escrituras patriarcais, quanto na formulação dos conceitos teológicos e da doutrina religiosa.

Hoje só fazemos justiça à nossa experiência do Divino se a traduzirmos em termos masculinos e simultaneamente femininos. Deus emerge como Pai e como Mãe ou, numa linguagem inclusiva que supera justaposições, como Pai maternal e como Mãe paternal. Mais radicalmente ainda, muitas feministas falam do Deus e da Deusa. Ou para mostrar a unidade de Deus – que não se divide, como nos seres humanos em macho e fêmea –, escrevem-no da seguinte forma Deus/a (BOFF, 2002, p.87).

Algumas religiões promoveram uma legitimação histórica da discriminação contra a mulher, reservando a ela um papel coadjuvante na história humana, e promovendo relações

injustas e desiguais entre homens e mulheres. A proposta atual é redescobrir o Feminino de Deus. Perceber Deus como Mãe.

Em muitas das questões urgentes do nosso tempo o consenso entre as religiões é instável e relativo, quando não inexistente. Essa atitude mostra a diversidade entre as religiões. Um projeto de ética mundial, a partir das religiões, não significa a ausência ou o extermínio do pensamento divergente. As tensões e embates fomentam a criticidade das pessoas religiosas, o que nem sempre é desejado pelos detentores do poder, inclusive religioso. De qualquer forma, é frutífero que haja entre as religiões diferentes pontos de vista. A história mostra que o conhecimento progride por rupturas, assim a divergência de idéias pode ter em si as sementes da novidade.

Os desafios colocados pela modernidade às religiões, na maioria das vezes, não recebem a atenção que deveriam por parte das autoridades religiosas. As divergências doutrinárias não devem promover a violência e a intolerância entre as pessoas de fé. Os problemas éticos da humanidade permanecem com respostas insuficientes. É preciso um esforço efetivo de reconciliação e paz entre as religiões. Necessitamos de uma teologia da paz. Afinal, a paz no mundo será uma expressão da paz possível entre as religiões.

Todas as religiões do mundo devem hoje reconhecer a sua co-responsabilidade pela paz mundial. Por isso, deve-se repetir sempre de novo a tese, para a qual eu tenho encontrado em todo o mundo cada vez maior apoio: Não haverá paz entre as nações sem uma paz entre as religiões. Em resumo: sem paz entre as religiões não haverá paz no mundo! (KÜNG, 1992, p. 109).

As religiões possuem uma força ética muito grande. Por responderem aos questionamentos existenciais mais profundos do ser humano ela possui uma importância fundamental para a configuração de um modelo ético para os dias atuais. O teólogo alemão Hans Küng, defende a aliança de crentes e não-crentes em uma ética mundial. Desse modo, as religiões abriam mão de sua pretensão à hegemonia para colaborar com o progresso da humanidade na busca da justiça e da paz. A ética mundial considera a força ética das religiões, contudo não pede adesão de fé. Trata-se de uma ética civil e não religiosa, contudo, as religiões não estão isentas de cumprirem a finalidade de se tornarem um serviço efetivo à humanidade, especialmente à humanidade que sofre, com as guerras e todo o tipo de violação da dignidade humana.

SOUZA, Rodrigo Augusto de.

Muitas vezes, o estabelecimento de direitos humanos aconteceu numa luta ferrenha com as religiões estabelecidas. Para a paz entre os povos, para a cooperação internacional na política, na economia, na cultura e em organizações internacionais como a ONU e a UNESCO, é de grande importância que as pessoas religiosas – sejam elas judias, cristãs, muçulmanas, hindus, sihs, budistas, confucionistas, taoístas, ou seja lá o que for – reconheçam que pessoas não religiosas, quer se entendam como ‘humanistas’ ou ‘marxistas’, a seu modo também se engajam pela dignidade humana e pelos direitos humanos. Também elas podem defender uma ética humana (KÜNG, 1992, p.61).

A afirmação dos direitos humanos, da preservação da natureza, da paz advinda da justiça e da solução de conflitos e problemas que vitimam o mundo servirão de fundamento para essa ética mundial. Podemos falar de uma ética de coalisão. Isso significa que as religiões, deverão se preparar para viver sua fé em diálogo, isto é, em uma abertura ao diferente e, em uma disposição para colaborar com a humanidade.

Se uma tal coalisão entre crentes e não-crentes é necessária no interesse de uma ética mundial, pode ela também ser concretamente realizada? Sim, porque junto com os crentes também os não-crentes podem resistir contra todo tipo de nihilismo trivial, contra todo o cinismo difuso e contra a frieza social. Sim, em conjunto pode haver engajamento de forma convencida e convincente pelo seguinte: Para que o direito fundamental de todas as pessoas (independente de sexo, nação, religião, raça ou classe) por uma vida humana digna seja realizado cada vez mais e que não seja sempre mais ignorado (KÜNG, 1992, p.63).

Não haverá lugar para o fundamentalismo e o proselitismo religioso. Assistimos em nossos dias inúmeros conflitos com inspiração religiosa, isso mostra quão urgente é uma ética mundial e, ao mesmo tempo, quão distantes estamos dela. Nesse sentido, muito poderá contribuir o Ensino Religioso escolar ao defender a tolerância religiosa e a visão transreligiosa entre os alunos/as. Ao mostrar que o Sagrado perpassa todas as religiões o Ensino Religioso poderá contribuir com a ética mundial defendida por pensadores como Hans Küng, Jürgen Habermas e, no Brasil, por Leonardo Boff.

Em momentos críticos como os que vivemos, revisitamos a sabedoria ancestral dos povos e nos colocamos na escola de uns e outros. Todos nos fazemos aprendizes e aprendentes. Importa construir um novo ‘ethos’ (modelação da casa humana) que permita uma nova convivência entre os humanos com os demais seres da comunidade biótica, planetária e cósmica; que propicie um novo encantamento face à majestade do universo e à complexidade das relações que sustentam todos e cada um dos seres (BOFF, 2004, p.27).

A ética mundial também se faz ecológica e cósmica.⁸ Em nosso planeta a vida da biodiversidade está ameaçada, é preciso também contemplar a dimensão da reconstrução do nosso próprio habitat, a Terra. Não haverá ética mundial sem que antes os seres humanos repensem suas relações com a natureza. Fala-se muito de desenvolvimento sustentável. Precisamos “curar” as feridas da Terra. Salvar nossos rios, nossa fauna e nossa flora. Do contrário, não haverá mais vida sobre a Terra. Assistimos a inúmeras catástrofes naturais em nosso tempo, muitas delas são respostas da natureza à destruição da vida do planeta causada pelos seres humanos, particularmente pela mentalidade difundida pelo capitalismo industrial, do lucro advindo da expropriação da natureza. O Ensino Religioso poderá recuperar a dimensão de uma cosmovisão sagrada da natureza. As relações com o meio-ambiente deixarão de ser utilitaristas e serão perpassadas por uma teologia da criação, por uma cosmovisão religiosa muito maior. Assim, também as religiões poderão ajudar a salvar a vida ameaçada do planeta.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Ensino Religioso como integrante do corpo curricular da formação básica do cidadão mostra que a legislação educacional do Brasil considera e respeita a dimensão transcendente do ser humano. Por muito tempo o fenômeno religioso foi excluído das matrizes escolares no Brasil. Esse tipo de atitude, no fundo, revelava uma violência ao *homo religiosus*. Este estudo procurou demonstrar como as diferentes religiões podem favorecer a formação de uma cultura da paz e da convivência harmoniosa entre os povos de culturas distintas.

A atual legislação educacional numa visão mais holística do ser humano corrige as deficiências do passado. Na análise dessa nova proposta de Ensino Religioso no Brasil, a pluralidade é respeitada e assegurada no desenvolvimento da disciplina. Já no campo da formação didática dos professores permanece uma lacuna que entrava o desenvolvimento de uma prática pedagógica, por parte do docente, que esteja em conformidade com a avançada legislação para o Ensino Religioso. Falta a capacitação profissional dos docentes para a atuação na área do Ensino Religioso. Essa talvez seja a principal dificuldade enfrentada hoje,

⁸ Ver REIMER, Haroldo. A Casa Global – Sobre Textos Bíblicos em Perspectiva Ecológica no Ensino Religioso. In: SILVA (org.), Valmir da. *Ensino Religioso: Educação Centrada na Vida*. São Paulo: Paulus, 2004, p.49-72.

SOUZA, Rodrigo Augusto de.

aliada ao preconceito que a disciplina ainda tem, tanto entre os professores quanto entre os alunos.

O nosso trabalho buscou ser uma tentativa de promover o conhecimento da nova proposta de Ensino Religioso presente na Lei N.º 9.475/1997 e nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso. Buscamos a elaboração de uma teologia do Ensino Religioso, a partir dos pressupostos da legislação. Essa é uma visão nova. Para muitos estudiosos o diálogo entre a teologia e o Ensino Religioso não assume a proposta epistemológica da disciplina, contudo, a teologia do pluralismo religioso nos pareceu adequada para uma visão transreligiosa da experiência de fé dos grupos humanos. Esperamos que esse estudo tenha contribuído para uma melhor qualificação do trabalho docente na disciplina Ensino Religioso, que constitui um campo inovador a ser explorado no currículo escolar brasileiro.

As propostas pedagógicas da escola deverão assegurar o tratamento interdisciplinar e contextualizado para os conhecimentos do Ensino Religioso. O mesmo não pode ceder à ingenuidade de negar o papel das tecnologias nos processos históricos e sociais e sim promover os conhecimentos para o Ensino Religioso numa coligação à concepção de uma educação para a liberdade, que proporcione a autonomia e a *desalienação*. Quando a escola promove condições de aprendizado em todas as disciplinas, o entusiasmo nos fazeres e a paixão nos desafios constroem a própria cidadania em sua prática, dando condições para a formação dos valores humanos necessários e fundamentais, como objetivos principais da educação.

De acordo com estas considerações, a formação dos professores para o Ensino Religioso é uma carência do atual contexto da educação brasileira. Nesse sentido, este estudo vem se unir às tantas outras tentativas de sanar essa deficiência do nosso sistema educacional, no qual além de se encontrar sérios problemas a respeito da história, da metodologia e dos conteúdos, ainda é muito comum educadores/as insistirem em ideias equivocadas a respeito do Ensino Religioso, confundindo-o com o proselitismo de uma determinada crença.

NEW PERSPECTIVES FOR RELIGIOUS EDUCATION: EDUCATION FOR COEXISTENCE AND PEACE

Abstract

This article aims to demonstrate the contribution that Religious Education as a school discipline, can provide for the formation of a peace culture. Drawing on the ethical force of religions, Religious Education can promote education based on tolerance and peace as fundamental values of human coexistence in society. It is used as a method to review the literature on the subject. Religious Education within a pedagogical profile, preserving diversity and plurality of religious beliefs in accordance with the National Curriculum and the Brazilian educational legislation. As part of the training for citizenship, that school discipline can foster respect between believers and non-believers in view of the formation of a global ethic. The religions are present in society, even the non-believers need to understand, respect and live with believers. Thus, the discipline of Religious Education can educate for tolerance, peaceful and harmonious coexistence among people of different religious beliefs and convictions.

Keywords: Religious Education; Education; Coexistence; Peace

NUEVAS PERSPECTIVAS PARA LA EDUCACIÓN RELIGIOSA: LA EDUCACIÓN PARA LA CONVIVENCIA Y LA PAZ

Resumem

Este artículo pretende demostrar la contribución que la educación religiosa como disciplina escolar, puede ofrecer la creación de una cultura de paz. Basándose en la fuerza ética de las religiones, la educación religiosa puede promover la educación basada en la tolerancia y la paz como valores fundamentales de la convivencia humana en sociedad. Educación Religiosa, dentro de un perfil educativo, preservando la diversidad y el pluralismo de las creencias religiosas de conformidad con el Plan de Estudios Nacional y la legislación educativa brasileña. Como parte de la formación para la ciudadanía, que la disciplina escolar puede fomentar respecto entre creyentes y no creyentes, en vista de la formación de una ética global. Las religiones están presentes en la sociedad, incluso los no creyentes deben entender, respetar y convivir con los creyentes. Por lo tanto, la disciplina de la educación religiosa puede educar para la tolerancia, la paz y la convivencia entre personas de diferentes creencias religiosas y convicciones.

SOUZA, Rodrigo Augusto de.

Palabras clave: Educación Religiosa; Educación; Convivencia; Paz

REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. A nova consciência. In: _____; MURARO, Rose Marie. *Feminino e masculino*. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

_____. *A oração de são Francisco*. Rio de Janeiro: Sextante, 1999.

_____. *O rosto materno de Deus*. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. *Saber cuidar*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2008.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Sancionada em 20 de dezembro de 1996, publicada no *Diário Oficial da União*, em 23.12.1996.

CNBB. *Educação, Igreja e Sociedade*. São Paulo: Paulinas, 1992. (Documento 47).

CROATTO, José Severino. *As linguagens da experiência religiosa: uma introdução à fenomenologia da religião*. São Paulo: Paulinas, 2002.

_____. *Hermenêutica bíblica*. São Paulo: Edições Paulinas; São Leopoldo: Sinodal, 1984.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO (FONAPER). *Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso*. São Paulo: Ave Maria, 1997.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. 34.º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

_____. *Pedagogia da esperança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 18.º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GEBARA, Ivone. *A mobilidade da senzala feminina*. São Paulo: Paulinas, 2000.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. A face pedagógica do ensino religioso. In: _____. MENEGHETTI, Rosa Gitana Krob; WACHOWICZ, Lilian Anna. *Ensino religioso e sua relação pedagógica*. Petrópolis: Vozes, 2002a.

_____. ; MENEGHETTI, Rosa Gitana Krob; WACHOWICZ, Lilian Anna. *Ensino religioso e sua relação pedagógica*. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. *O processo de escolarização do ensino religioso no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002b.

KÜNG, Hans. *Projeto de ética mundial*. São Paulo: Paulinas, 1992.

MADURO, Otto. *Otto Maduro e o feminismo*. São Paulo: Simpósio Editora, 1997.

MARTELLI, Stefano. *A religião na sociedade pós-moderna*. São Paulo: Paulinas, 1995.

MENEGHETTI, Rosa Gitana Krob. As contribuições do ensino religioso para formulação do projeto político-pedagógico da escola. In: JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; _____; WACHOWICZ, Lilian Anna. *Ensino religioso e sua relação pedagógica*. Petrópolis: Vozes, 2002.

PASSOS, João Décio. *Ensino religioso: construção de uma proposta*. São Paulo: Paulinas, 2007.

_____. Ensino religioso: mediações epistemológicas e finalidades pedagógicas. In: SENA, Luiza (Org.). *Ensino religioso e formação docente*. São Paulo: Paulinas, 2006.

QUADROS, Eduardo Gusmão de; MIRANDA, Janira Sodré de. O ecumenismo e o ensino religioso. In: SILVA, Valmor da (Org.). *Ensino religioso: educação centrada na vida*. São Paulo: Paulus, 2004.

QUEIRUGA, Andrés Torres. *Do terror de Isaac ao abbá de Jesus*. São Paulo: Paulinas, 2001.

_____. *O diálogo das religiões*. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. *Recuperar a criação*. São Paulo: Paulus, 1999.

_____. *Um Deus para hoje*. São Paulo: Paulus, 1998.

REIMER, Haroldo. A casa global: Sobre textos bíblicos em perspectiva ecológica no ensino religioso. SILVA, Valmor da (Org.). *Ensino religioso: educação centrada na vida*. São Paulo: Paulus, 2004.

REIMER, Ivoni Richter. Mudança de paradigmas e gênero: Busca de construção de relações mais justas e gostosas. In: SILVA, Valmor da (Org.). *Ensino religioso: educação centrada na vida*. São Paulo: Paulus, 2004.

SENA, Luiza (Org.). *Ensino religioso e formação docente*. São Paulo: Paulinas, 2006.

SILVA, Valmor da. Bíblias e livros sagrados. In: _____. (org.). *Ensino religioso: educação centrada na vida*. São Paulo: Paulus, 2004.

_____. (Org.). *Ensino religioso: educação centrada na vida*. São Paulo: Paulus, 2004.

TEIXEIRA, Faustino. *Teologia das religiões*. São Paulo: Paulinas, 1995.

Data de recebimento: 27/11/2012

Data de aceite: 18/04/2013